
**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE
PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025.**

Data e horário: Aos dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às 8h00, na sede do instituto. Presentes estavam: ADELSON CHAVES DOS SANTOS e NARA MARTINS MORETTI representantes dos servidores ativos, ELIETE MARIA DA SILVA, representante dos servidores inativos, ADEMIR PEREIRA, representante do Poder Executivo e REGINALDO APARECIDO NAVES representante do Poder Legislativo.

Ordem do dia:

1. Aprovação da ata de reunião anterior
2. Análise da ata do Conselho Administrativo
3. Aprovação da ata do Comitê de Investimento.
4. Análise dos Processos de empenho e carteira de invest. referente ao mês setembro de 2025.
5. Conhecimento dos processos de aposentadoria e pensões do mês de outubro de 2025.
6. Assuntos diversos.

Item 1º da ordem do dia. A leitura da ata da última reunião da composição anterior do Conselho Fiscal não suscitou novas discussões.

Item 2º da ordem do dia. O Conselho Fiscal tomou ciência e registra, para fins de acompanhamento e controle, as deliberações constantes das Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho Administrativo realizadas em 08 de setembro de 2025 e 13 de outubro de 2025.

Na reunião de 08/09/2025, o Conselho Administrativo apreciou e deliberou sobre matérias relacionadas à gestão administrativa, orçamentária e financeira do Instituto, incluindo o acompanhamento da execução orçamentária, avaliação da situação econômico-financeira, análise de contratos, convênios e demais instrumentos administrativos, bem como o acompanhamento das



políticas e diretrizes institucionais vigentes. Também foram prestadas informações sobre a gestão dos investimentos, desempenho da carteira e demais assuntos de interesse institucional.

PAUTA:

1. Deliberação sobre a aprovação da ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 11/08/2025;
2. Ratificação da prorrogação contratual da locação de software de gestão de investimentos – Sistema Quantum, com vencimento do termo atual em 29/10/2025, em conformidade com os documentos encaminhados previamente;
3. Ratificação da prorrogação contratual da locação de software de gestão de controle de folha de ponto eletrônico, com encerramento do termo atual em 05/09/2025, em conformidade com os documentos encaminhados previamente;
4. Ratificação quanto à aprovação da expressão do voto proferido em Assembleia Geral de Cotistas, referente à proposta de aquisição de crédito detido contra massa falida vinculada a fundo ilíquido, conforme a Ata da Reunião Extraordinária nº 10/2025 do Comitê de Investimentos, previamente enviada, discutida e deliberada;
5. Deliberação quanto à aprovação da apresentação e do Relatório de Governança Corporativa 2024, em conformidade com o apresentado na reunião ordinária realizada em 11/08/2025;
6. Assuntos diversos.

Na reunião de 13/10/2025, o Conselho Administrativo deu continuidade à análise das matérias de gestão, com destaque para o monitoramento da execução orçamentária, avaliação de relatórios gerenciais, acompanhamento da política de investimentos, bem como deliberações relacionadas a ajustes administrativos, contratos e demais atos necessários ao regular funcionamento do Instituto. Foram ainda prestadas informações complementares sobre a situação financeira, previdenciária e operacional, com os devidos esclarecimentos aos conselheiros.

PAUTA:

1. Deliberação sobre a aprovação da ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 08/09/2025;
2. Informações sobre a prorrogação contratual do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (SIRC), operado exclusivamente pela DATAPREV – Governo Federal;

3. Deliberação para ratificação da prorrogação do contrato de locação de computadores utilizados pelo Instituto, com término do termo atual em 07/12/2025, em conformidade com os documentos enviados previamente;
4. Apresentação sobre a projeção orçamentária para o exercício de 2026;
5. Assuntos diversos.


O Conselho Fiscal, no âmbito de suas competências legais e regimentais, registra ciência das decisões adotadas, permanecendo no acompanhamento da execução dos atos deliberados, especialmente quanto aos seus reflexos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais.

Item 3º da ordem do dia. Foi recebida a ata do Comitê de Investimentos, encerrada em 10/2025, bem como o demonstrativo de enquadramento referente ao mês de outubro de 2025. O Conselho Fiscal observou que o Comitê de Investimentos estimou uma carteira real no valor de R\$ 1.908.627.967,04 (um bilhão, novecentos e oito milhões, seiscentos e vinte e sete mil, novecentos e sessenta e sete reais e quatro centavos), com competência de setembro de 2025. Por sua vez, o enquadramento total do mês de outubro registrou o montante de R\$ 1.966.192.172,79 (um bilhão, novecentos e sessenta e seis milhões, cento e noventa e dois mil, cento e setenta e dois reais e setenta e nove centavos).



Na ata 10/2025, o Comitê de Investimentos registrou, em reunião, a necessidade de a Pauliprev aprofundar o acompanhamento jurídico relacionado aos processos de liquidação dos fundos classificados como ilíquidos na carteira do RPPS, tendo em vista a complexidade operacional e os riscos envolvidos na condução dessas medidas. Foram discutidos especificamente os seguintes veículos de investimento: • INFRA Setorial FIP – CNPJ 14.721.044/0001-15 • W7 FIP – CNPJ 15.711.367/0001-90 • FIP Ático Gestão Empresarial – CNPJ 18.373.362/0001-93 • Brasil Florestal FIP – CNPJ 12.312.767/0001-35 • FIM FP2 Multiestratégia – CNPJ 20.886.575/0001-60 • Ático Geração Energia FIP – CNPJ 11.490.580/0001-69.

Os membros destacaram que, embora o Comitê possa avaliar os aspectos financeiros, operacionais e estratégicos relacionados ao desempenho desses fundos, as ações jurídicas de proteção, instrução processual, acompanhamento de litígios e eventuais medidas de responsabilização extrapolam a competência legal do Comitê, exigindo suporte técnico especializado.

Na ata 10/2025 do comitê consta os seguintes fatos relevantes:



3



W7 FIP Multiestratégia:

- Convocação de Assembleia Geral para 29/09/2025, a pedido de cotista com mais de 5% das cotas;
- Pauta: substituição da gestora;
- Assembleia por envio de votos;
- Não houve apresentação de propostas, ficando prejudicada a deliberação.

HAZ Fundo de Investimento Imobiliário:

- Recebimento de fato relevante em 26/09/2025;
- Incêndio em galpão localizado em Indaiatuba/SP;
- Seguro acionado e locatária adimplente;
- Gestora segue monitorando a situação.

FII BR Hotéis:

- Fato relevante recebido em 19/09/2025;
- Amortização no valor de R\$ 5.000.000,00, conforme aprovado em assembleia.

SCULPTOR Crédito Privado:

- Fato relevante recebido em 03/11/2025;
- Reajuste negativo de -5,51% em 29/10/2025, em razão de constituição de PDD. TMJ IMA-B FI;
- Fato relevante recebido em 19/09/2025;
- Amortização de cotas no valor de R\$ 1.500.000,00, paga proporcionalmente aos cotistas.

TOWER Renda Fixa IMA-B 5:

- Fato relevante recebido em 26/09/2025;
- Recebimento de R\$ 23.963.752,73 pelo fundo, decorrente da baixa de ativo e reversão de PDD;
- Variação positiva de 270,18% no patrimônio líquido.

O Comitê de Investimentos registrou que o ente municipal concluiu o processo de segregação de massas previdenciárias, aprovado em 04 de novembro de 2025, após a realização de estudos técnicos, consulta pública e análises iniciadas em 2023. O Projeto de Lei Complementar nº 11/2025, protocolado na Câmara Municipal em 01 de outubro de 2025, foi aprovado, estabelecendo oficialmente a divisão entre o plano financeiro e o plano previdenciário, em conformidade com as diretrizes da Secretaria de Previdência e com os princípios de transparência, sustentabilidade e equilíbrio atuarial do RPPS.

O Comitê de investimentos consignou em ata, ainda, que a implementação da segregação de massas demandará o acompanhamento das providências estruturais necessárias, especialmente a revisão da Política de Investimentos, a efetiva separação contábil e financeira dos planos, a adequação dos sistemas de controle e acompanhamento dos ativos, bem como a capacitação contínua das equipes responsáveis, visando assegurar a conformidade legal e o equilíbrio atuarial dos planos segregados.



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PERFORMANCE E ENQUADRAMENTO PERANTE A RESOLUÇÃO 4963/2021, OUTUBRO-2025

Administrador	Fundo	PL	Categoria	%	Limite	Enquadramento			
SANTANDER	INSTITUCIONAL RF DI	R\$ 164.996.369,62	Renda Fixa	9,94%	70%	Artigo 7º, III, a a) Fundos Renda fixa em geral.			
SANTANDER	INSTITUCIONAL RF DI (Adm)	R\$ 16.236.808,08	Renda Fixa						
BANCO BRASIL	BB PREV PERFIL	R\$ 57.697.821,21	Renda Fixa						
RJI	TMJ IMA B FI RF	R\$ 3.801.016,60	Renda Fixa						
PLANNER	FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB	R\$ 1.815.905,47	Renda Fixa						
RJI	TOWER RF FI IMAB-5 II	R\$ 9.106.341,86	Renda Fixa						
RJI	TOWER RF FI IMAB-5	R\$ 1.752.296,52	Renda Fixa						
						Total	R\$ 195.356.243,55		
CAIXA	CAIXA FIC BRASIL G. ESTRATEGICA	R\$ 106.073.363,13	Renda Fixa	7,83%	100%	Artigo 7º, I, b b) Fundos referenciados 100% Títulos Públicos			
BANCO BRASIL	BB PREV RET TOTAL	R\$ 47.846.276,87	Renda Fixa						
						Total	R\$ 153.924.640,00		
BANCO BRASIL	CARTEIRA LONGO PRAZO (NTN-B)	R\$ 1.303.924.856,22	Renda Fixa	86,32%	100%	Art 7, I, a - Títulos Públicos do TN			
						Total	R\$ 1.303.924.856,22		
GENIAL	PIATÁ RF LP PREV CRÉD. PRIV	R\$ 599.372,53	Crédito Privado	0,03%	10%	Artigo 7º, V, b - Fundos Renda fixa/Crédito Privado			
						Total	R\$ 599.372,53		
CM CAPITAL	GGR PRIME I FIDC	R\$ 8.365.799,07	Renda Fixa - FIDC	1,02%	10%	Artigo 7º, V, a a) Cota de classe sênior de fundos de investimento em direito creditorio (FIDIC)			
TRUSTEE	ILLUMINATI FIDC	R\$ 6.910.081,22	Renda Fixa - FIDC						
RJI	LME FIDC SENIOR	R\$ 5.128.207,90	Renda Fixa - FIDC						
SANTANDER	BBIF MASTER FIDC LP	R\$ 189.994,25	Renda Fixa - FIDC						
RJI	INCENTIVO MULTISSETORIAL I	R\$ 355.261,41	Renda Fixa - FIDC						
						Total	R\$ 19.966.304,45		
RJI	FI MULTIMERCADO SCULPTOR CP	R\$ 16.074.269,20	Multimercado	0,77%	10%	Artigo 10º, Inciso I			
						Total	R\$ 16.074.269,20		
RJI	HAZZ	R\$ 10.895.549,71	Imobiliário	1,09%	10%	Artigo 11º b) FII presença 60% pregões 12 meses anteriores.			
RJI	BR HOTEIS FII	R\$ 9.350.231,06	Imobiliário						
TRUSTEE	INFRA REAL ESTATE FII	R\$ 1.131.971,57	Imobiliário						
						Total	R\$ 21.382.752,34		
RJI	INFRA SETORIAL	R\$ 19.558.796,64	FIP	1,80%	5%	Artigo 10º, II a) FIPs (que atendam requisitos governança)			
RJI	W7 FIP /INFRA TEC	R\$ 809.348,16	FIP						
RJI	FIP GESTÃO EMPRESARIAL	R\$ 190.244,41	FIP						
BNY MELLON	ATICO FLORESTAL FIP	R\$ 4.230.050,63	FIP						
BFL	FIM FP1/FP2 LONGO PRAZO	R\$ 10.796.139,30	FIP						
RJI	ATICO GERAÇÃO ENERGIA	R\$ 0,00	FIP						
						Total	R\$ 35.374.569,22		
BRÁDESCO	PLURAL DIVIDENDOS FIA	R\$ 24.744.966,04	Ações	11,22%	40%	Artigo 8º, I a) Fundo de Ações			
BRÁDESCO	BAHIA BBM VALUATION II FIC FIA	R\$ 44.070.291,33	Ações						
BRÁDESCO	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	R\$ 57.026.372,54	Ações						
ITAU	ITAU AÇÕES DUNAMIS FIC	R\$ 34.706.575,31	Ações						
						Total	R\$ 220.550.165,28		
TOTAL SEGMENTO RENDA FIXA		R\$ 1.673.810.416,75		85,13%	Resolução CMN Nº 4963/2021				
TOTAL SEGMENTO RENDA VARIÁVEL		R\$ 220.550.165,28		11,22%					
TOTAL SEGMENTO EXTERIOR		R\$ 0,00		0,00%					
TOTAL SEGMENTO ESTRUTURADOS		R\$ 50.448.636,42		2,57%					
TOTAL SEGMENTO FII		R\$ 21.382.752,34		1,09%					
TOTAL GERAL		R\$ 1.966.192.172,79		100,00%					

Marcos André Breda
Diretor Presidente

Douglas Henrique Muncicelli
Diretor Administrativo e Financeiro

Outubro - Data de Referência: 31/10/2025 - Comitê de Investimentos - Pauliprev							
Ativos	Saldo Inicial	Aplicações	Reprocess	Resgates	Rendimento	Rend %	Saldo Final
BANCO DO BRASIL S/S NTN-B	R\$ 1.293.045.860,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.878.995,63	0,841%	R\$ 1.303.924.856,22
CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA RF	R\$ 99.851.144,87	R\$ 5.652.477,18	R\$ 0,00	-R\$ 889.250,50	R\$ 1.458.991,58	1,461%	R\$ 106.073.363,13
BB PREV RET TOTAL	R\$ 47.000.304,77	R\$ 272.430,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 575.541,98	1,225%	R\$ 47.848.276,87
BB PREV PERFIL	R\$ 47.606.768,66	R\$ 9.390.347,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 700.704,68	1,472%	R\$ 57.697.821,21
SANTANDER INST FIC RF	R\$ 113.021.693,91	R\$ 11.943.018,19	R\$ 0,00	-R\$ 21.478.721,31	R\$ 1.500.378,83	1,328%	R\$ 104.986.369,62
SANTANDER INST FIC RF	R\$ 15.816.035,48	R\$ 877.593,73	R\$ 0,00	-R\$ 661.261,02	R\$ 206.529,89	1,306%	R\$ 16.238.898,08
BAHIA BBM VALUATION II FIC DE FIA	R\$ 43.468.229,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 602.022,35	1,385%	R\$ 44.070.251,39
FLURAL DIVIDENDOS	R\$ 24.379.921,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 365.044,95	1,497%	R\$ 24.744.966,04
ICATU VANGUARDA DIIVENDO FIA	R\$ 55.611.691,28	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.414.681,26	2,544%	R\$ 57.026.372,54
BRADESCO SELECTION	-R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	-R\$ 0,00
ITAU MOMENTO 30	-R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	-R\$ 0,00
ITAU DYNAMIS FDO DE NV/EST	R\$ 88.176.952,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.531.623,31	7,407%	R\$ 94.708.575,31
FUNDOS LIQUIDOS	R\$ 1.827.978.601,69	R\$ 28.135.867,09	R\$ 0,00	-R\$ 23.029.232,83	R\$ 24.234.514,46	1,326%	R\$ 1.857.319.750,41
TOWER BRIDGE RF FIMA-B 5	R\$ 5.061.601,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.328.792,43	R\$ 19.487,61	0,385%	R\$ 1.752.296,62
TOWER BRIDGE II RENDA FIXA FIMA	R\$ 9.041.173,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.168,46	0,721%	R\$ 9.106.341,95
PIATA FIF LP PREV. CRED. FRV	R\$ 608.847,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 9.475,03	-1,556%	R\$ 599.372,53
TMU IMA B FIF	R\$ 3.801.599,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 588,86	-0,015%	R\$ 3.801.010,60
FIF PYXIS INSTITUCIONAL IMA B	R\$ 1.820.469,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 4.964,46	-0,273%	R\$ 1.815.505,47
INCENTIVO MULTISECTORIAL I	R\$ 358.456,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.195,07	-0,891%	R\$ 355.261,41
LEME FIDC SENIOR	R\$ 5.191.798,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 63.590,62	-1,225%	R\$ 5.128.207,90
CTIBANK BBIF MASTER FDC LP	R\$ 187.871,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 917,13	-0,488%	R\$ 186.954,25
FIDC GBX (PRIME)	R\$ 8.401.275,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 15.475,55	-0,184%	R\$ 8.385.799,67
ILLUMINATI FIDC	R\$ 5.875.985,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 34.095,53	0,580%	R\$ 5.910.081,22
FIM FP1 LONGO PRAZO	R\$ 11.120.447,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 334.308,60	-3,008%	R\$ 10.786.139,38
FIMULTIMERCADO SCULPTOR	R\$ 15.988.321,85	R\$ 0,00	-R\$ 914.052,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 15.074.269,20
ATICO GERAÇÃO ENERGIA FP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,000%	R\$ 0,00
ATICO FLORESTAL	R\$ 4.231.359,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.308,62	-0,031%	R\$ 4.230.050,63
ATICO GESTÃO EMPRESARIAL I	R\$ 193.598,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.354,02	0,000%	R\$ 190.244,41
W7 - INFRA TEC FP	R\$ 610.218,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 870,33	-0,143%	R\$ 609.348,16
ATICO RF FIMOBILIÁRIO - HAZ	R\$ 10.876.535,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.014,33	0,175%	R\$ 10.895.549,71
BR HOTELS FI	R\$ 9.366.204,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 10.973,12	-0,117%	R\$ 9.355.231,06
FP - INFRA SANEAMENTO	R\$ 19.558.065,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 721,27	0,004%	R\$ 19.558.786,64
INFRA REAL STATE	R\$ 1.133.614,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 2.159,65	R\$ 516,70	0,046%	R\$ 1.131.971,57
TOTAL	R\$ 1.941.406.046,31	R\$ 28.135.867,09	-R\$ 914.052,65	-R\$ 26.360.184,91	R\$ 23.924.496,95	1,23%	R\$ 1.966.192.172,79






Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

No mês de outubro de 2025 (conforme a referência da tabela de acompanhamento), a carteira de investimentos da Pauliprev apresentou um desempenho positivo, refletindo a consistência da estratégia de alocação e a resiliência do portfólio diante das movimentações de mercado.

O crescimento consolidado no período foi de R\$ 23.924.496,95, o que corresponde a um aumento global de 1,23% sobre o patrimônio administrado. O saldo inicial da carteira, de R\$ 1.941.406.046,31, avançou para R\$ 1.966.192.172,79 ao final do mês. Mesmo com reprocessamentos significativos, que somaram R\$ 914.052,65, o resultado final permaneceu amplamente positivo graças à evolução dos ativos e ao comportamento dos fundos líquidos.

Entre os destaques de rentabilidade do período, chamaram atenção os ativos de renda variável e fundos específicos. O Itaú Dunamis Fundo de Investimento registrou expressivo retorno de 7,407% no período. Já o Icatu Vanguarda Dividendos FIA obteve rentabilidade de 2,544%, enquanto o Plural Dividendos alcançou retorno de 1,497% no mês. O Bahia BBM Valuation II FIC de FIA apresentou rendimento de 1,385%.

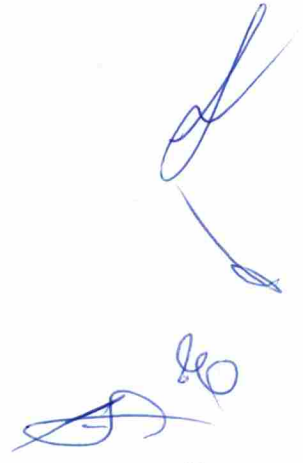
Entre os piores desempenhos do período, destacaram-se alguns fundos que apresentaram resultados negativos. O FIM FP1 Longo Prazo registrou rentabilidade de -3,006%, seguido pelo Piata FI RF LP Prev. Cred. Priv., com resultado negativo de -1,556%. O Leme FIDIC Senior também apresentou desempenho desfavorável, com variação de -1,225% no mês. Além disso, merece destaque o fundo Multimercado Sculptor, que apresentou reprocessamento no montante de R\$ 914.052,65, impactando o resultado do ativo no período.

De modo geral, os fundos líquidos, que representam o núcleo da estratégia de segurança e liquidez, encerraram outubro com um saldo final de R\$ 1.857.319.750,41, após um rendimento conjunto de R\$ 24.234.514,46, equivalente a 1,326%. Esse grupo foi determinante para o resultado global. Já os demais ativos (outros), que somam R\$ 108.872.422,38 ao final do período, apresentaram desempenho misto, com rendimento conjunto negativo de -0,27%.

As Autorizações de Aplicação e Resgate (APR), que detalham cada operação financeira realizada nas carteiras do RPPS — incluindo os ativos envolvidos, origem e destino dos recursos, valores movimentados e justificativas — foram devidamente analisadas pelo Conselho Fiscal, que não apresentou objeções. Todos os documentos estão disponíveis para consulta no site oficial.

7

OUTUBRO									
NÚMERO	DATA	TIPO	VALOR	BANCO	FUNDO	CNPJ	JUSTIFICATIVA		
236/2025	01/OUTUBRO/2025	RESGATE	889250,5	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF	23.215.097/0001-55	PAGAMENTO EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS		
237/2025	02/OUTUBRO/2025	RESGATE	68713,56	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	PAGTº FÉRIAS E FORNECEDORES		
238/2025	03/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	272430,12	BB	C ATIVA RETORNO TOTAL FUNDO DE INVEST	35.292.588/0001-89	REPASSE CÂMARA PAULÍNIA		
239/2025	03/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	216659,87	BB	BB PREV PERFIL	13.077.418/0001-49	APORTE CÂMARA DE PAULÍNIA		
240/2025	07/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	9173688	BB	BB PREV PERFIL	13.077.418/0001-49	APORTE PREFEITURA DE PAULÍNIA		
241/2025	07/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	9462313,62	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	REPASSE PREFEITURA PAULÍNIA		
242/2025	07/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	877593,73	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	REPASSE DESPESAS OPERACIONAIS E REEMBOLSO PERÍCIA MÉDICA		
243/2025	07/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	2295789,64	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF	23.215.097/0001-55	REPASSES COMPREV RGPS E RPPS's		
244/2025	07/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	20809,53	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF	23.215.097/0001-55	REPASSES COMPREV RGPS E RPPS's		
245/2025	08/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	4925,93	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF	23.215.097/0001-55	REPASSES COMPREV RPPS CAMPREV E SALDO		
246/2025	08/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	1538109,68	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	REPASSE PREFEITURA PAULÍNIA		
247/2025	10/OUTUBRO/2025	RESGATE	38160,34	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	PAGTº FÉRIAS E FORNECEDORES		
248/2025	15/OUTUBRO/2025	RESGATE	197936,05	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	PAGAMENTOS ADIANTAMENTO, GUIAS DE REC. FORNECEDORES		
249/2025	15/OUTUBRO/2025	RESGATE	133305,88	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	PAGAMENTO DE 13 RPV's		
250/2025	15/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	2159,65	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF	23.215.097/0001-55	RENDIMENTOS FUNDO INFRA REAL ESTATE		
251/2025	20/OUTUBRO/2025	RESGATE	3106792,97	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	RETENÇÃO DE TRIBUTOS E APOSENTADORIA RESIDUAL		
252/2025	21/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	5914,6	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	REPASSE PREFEITURA DE CAMPINAS E SENADO FEDERAL		
253/2025	23/OUTUBRO/2025	RESGATE	18069,39	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	PGTO FORNECEDORES E GUIA PENHORA JUDICIAL		
254/2025	24/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	830439,14	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	PARCEL.PREVIDENC. ACORDOS 046, 048 e 828		
255/2025	28/OUTUBRO/2025	RESGATE	18238622,46	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	FOLHA PROVENTOS APOSENTADORIAS E PENSÕES		
256/2025	28/OUTUBRO/2025	RESGATE	338381,68	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	PAGAMENTO FOLHA SALARIAL E FORNECEDORES		
257/2025	28/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	106241,15	SANTANDER	INSTITUC.FIC RF REF DI	02.224.354/0001-45	REEMBOLSO PREV.COMPL E EMPR CONSIGNADO		
258/2025	28/OUTUBRO/2025	RESGATE	3328792,43	CEF	FUNDO TOWER RF FI IMAB-5	12.845.801/0001-37	RECUPERAÇÃO COTAS FUNDO TOWER I		
259/2025	28/OUTUBRO/2025	APLICAÇÃO	3328792,43	CEF	CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉG. RF	23.215.097/0001-55	APLICAÇÃO RECUPERAÇÃO COTAS		



Destacamos as seguintes amortizações no mês de setembro/2025:

No dia 15 de outubro de 2025, a Pauliprev recebeu rendimentos provenientes do Fundo Infra Real Estate, inscrito no CNPJ nº 18.369.510/0001-04, no valor de R\$ 2.159,65 (dois mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos). O referido montante foi aplicado junto à Caixa Econômica Federal, no Fundo CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica, inscrito no CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

No dia 28 de outubro de 2025, a Pauliprev recebeu amortização de cotas do fundo TOWER RF FI IMAB-5 CNPJ: 12.845.801/0001-37 no valor de R\$ 3.328.792,43 (três milhões trezentos e vinte os oito mil setecentos e noventa e dois reais e quarenta e três centavos). Esse valor foi destinado à Caixa Econômica Federal, no Fundo CAIXA FIC Brasil Gestão Estratégica, CNPJ nº 23.215.097/0001-55.

Item 4º da ordem do dia: O conselho analisou os documentos de empenhos disponibilizados referentes ao mês de outubro/2025 onde foi constatado que: Os REPASSES da Prefeitura Municipal de Paulínia, incluindo o aporte, totalizaram R\$ 20.996.771,45 e os da Câmara Municipal de Paulínia totalizaram R\$ 486.650,41, sendo depositados conformes APR's. Também se verificou o valor de R\$ 69.195,16 referente ao Termo de Convênio entre Prefeitura e PAULIPREV, referente ao setor de perícias, verificou-se também o recebimento das parcelas 062/200 dos parcelamentos previdenciários nos 406 e 408/2020 totalizando R\$ 650.821,58 e da parcela 49/60 do parcelamento previdenciário nº 828/2021 totalizando R\$ 179.617,56, e do crédito total referente ao COMPREV, entre o RGPS e outros RPPS's no valor de R\$ 2.321.525,10 (R\$ 2.325.910,42 de recebimentos e 4.385,32 de pagamentos).

Também foram observadas as remunerações de acordo com o RESUMO GERAL DA FOLHA. O pagamento de Aposentados totalizou R\$ 21.915.146,40 (1.984), Pensionistas – R\$ 1.372.847,55 (190), Ativos - R\$ 495.991,07 (31), Estagiários - R\$ 1.364,00 (1) e Conselheiros — R\$ 32.043,76 (14).

Análise do Balancete de Receitas – Outubro de 2025

No mês de outubro de 2025, as receitas da Pauliprev mantiveram sua trajetória de evolução, aproximando-se das metas anuais. O total arrecadado no acumulado do ano atingiu R\$ 356,07 milhões. Em relação à previsão inicial de R\$ 410,9 milhões, o montante corresponde a 86,66% do total esperado, demonstrando um avanço significativo em direção ao encerramento do exercício.

As contribuições previdenciárias — englobando servidores ativos, inativos e pensionistas — somaram R\$ 73,18 milhões no acumulado do ano, com uma entrada de R\$ 7,13 milhões apenas no mês de outubro. Apesar do fluxo constante, estas receitas ainda se encontram R\$ 14,02 milhões abaixo da meta anual de R\$ 87,2 milhões, refletindo as variações naturais da folha de pagamento.

A receita patrimonial encerrou o período com R\$ 85,33 milhões acumulados, mantendo-se R\$ 15,33 milhões acima da previsão inicial de R\$ 70 milhões. Embora não tenha ocorrido nova arrecadação nesta rubrica especificamente no mês de outubro, o desempenho acumulado de 121,9% da meta confirma a solidez dos investimentos e dos títulos públicos vinculados ao RPPS.

As demais receitas correntes — incluindo compensação previdenciária e restituições — somaram R\$ 32,93 milhões no ano. Com a atualização da previsão para R\$ 45 milhões nesta categoria, a diferença a ser alcançada é de R\$ 12,07 milhões, evidenciando a continuidade do trabalho de recuperação de créditos e compensação financeira entre regimes.

Já as receitas intraorçamentárias, que compreendem contribuições patronais e aportes para cobertura de déficit atuarial, alcançaram R\$ 164,63 milhões no acumulado. O montante representa um crescimento relevante, embora ainda reste uma diferença de R\$ 29,07 milhões em relação à meta anual de R\$ 193,7 milhões, impulsionada principalmente pelos aportes mensais da Prefeitura e da Câmara.

Análise do Balancete de Despesas – Outubro de 2025

O balancete de despesas da Pauliprev referente ao mês de outubro de 2025 apresenta um total empenhado acumulado de R\$ 351.888.970,72, o que corresponde a 85,64% da dotação orçamentária anual de R\$ 410,9 milhões. No mesmo período, os pagamentos acumulados somaram R\$

244.416.073,20, enquanto permanecem R\$ 107.472.897,52 a pagar, um volume que exige monitoramento contínuo para garantir o equilíbrio até o fim do ano.

As despesas previdenciárias permanecem como o maior compromisso financeiro da autarquia. Com aposentadorias, foram pagos R\$ 221.369.900,86, atingindo 69,18% da previsão anual de R\$ 320 milhões. No caso das pensões, os pagamentos somaram R\$ 13.978.958,57, equivalendo a 69,89% da dotação de R\$ 20 milhões. As sentenças judiciais registraram execução de R\$ 2.784.333,19 (18,56% da meta), enquanto a compensação previdenciária totalizou R\$ 46.921,55 pagos (1,56% da meta). As restituições judiciais intraorçamentárias mantiveram-se em R\$ 13.612,96 (13,61% da meta).

Mantendo o cenário dos meses anteriores, rubricas específicas seguem sem movimentação: os R\$ 2 milhões destinados à construção da nova sede e os R\$ 25,95 milhões da reserva de contingência permanecem intactos, demonstrando que não houve necessidade de acionamento desses recursos extraordinários até outubro.

O Conselho Fiscal reitera que a execução orçamentária segue alinhada à natureza previdenciária do Instituto, com responsabilidade e sustentabilidade financeira. Ressalta-se a manutenção da transposição orçamentária de R\$ 300.000,00 realizada na rubrica de "Outros Serviços de Terceiros" (3.3.90.39.00), destinada à viabilização do pregão da folha de pagamento e do censo previdenciário, conforme planejado anteriormente.

Item 5º da ordem do dia. O colegiado teve conhecimento dos seguintes processos de aposentadorias e pensões referente ao mês outubro de 2025. Os processos foram disponibilizados na sede da autarquia para consulta.

Matrículas dos Aposentados e Pensionistas – 161-0, 1765-1, 2236-0, 2239-0, 3205-0, 4230-0, 5536-0, 6564-0, 7661-0, 7702-0, 7829-0, 7914-0, 7915-0, 9306-0, 9781-0, 13104-0, 14151-0, 92184-0

Item 6º da ordem do dia. O Conselho Fiscal, no decorrer da conferência dos documentos contábeis e fiscais, bem como da discussão de outros assuntos pertinentes a este colegiado, fez algumas observações e sugestões:

O Sr. Willian realizou apresentação acerca das projeções orçamentárias para o exercício de 2026, previamente apresentadas ao Conselho Administrativo no mês de outubro, já contemplando o cenário de segregação de massas previdenciárias. Informou que, em razão da segregação, as receitas da Pauliprev para 2026 estão estimadas em R\$ 341.100.000,00 representando queda expressiva em relação ao exercício de 2025, cuja receita foi de R\$ 410.900.000,00 decorrente da redução dos repasses relativos ao aporte financeiro para o equacionamento do déficit atuarial, mediante a revogação da lei ordinária municipal 3738/2019, em virtude da aprovação da segregação de massas pela lei complementar municipal 128/2025.

O Sr. Willian esclareceu que os parcelamentos previdenciários permanecerão sendo pagos normalmente após a segregação, destacando que, atualmente, a Pauliprev conta com três parcelamentos ativos. Explicou ainda que as receitas orçamentárias são classificadas conforme sua categoria econômica, tais como impostos, taxas e demais naturezas.

Ao analisar os processos de aposentadoria foi observado a ausência dos processos do servidor Aduino de Souza, registrou-se que o pedido foi analisado em caráter de urgência, considerando o estado de saúde do servidor. Informou-se que o departamento responsável aguardava o envio da documentação necessária, devendo constar apenas a data de matrícula, e que o processo de aposentadoria do servidor Nelson Muchagata foi aposentado por incapacidade permanente em 01/10/2025. Contudo, em 03/11/2025, protocolou solicitação de retorno à atividade, a qual se encontrava, à época, em análise pela perícia médica.

A conselheira Nara suscitou questionamentos acerca do censo previdenciário dos servidores ativos, especialmente em relação à situação da ADIN envolvendo professores que poderão retornar ao quadro do magistério, indagando sobre a forma de entrega da documentação para o censo. Ressaltou, ainda, que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei denominado “Somos Todas Professoras”, que trata do enquadramento de profissionais que exercem função docente e possuem formação acadêmica compatível.

Os conselheiros destacaram a necessidade de presença presencial de um procurador jurídico na Pauliprev, a fim de garantir adequado atendimento aos segurados.

Os conselheiros tomaram conhecimento que a Câmara Municipal, para o exercício de 2026, firmará convênio, assim como a PMP, a fim de viabilizar o atendimento aos servidores da Câmara.



Na sequência, a conselheira Eliete questionou sobre a prorrogação de determinados contratos e os critérios utilizados para a análise de preços. O Sr. Rafael, do Departamento de Compras, esclareceu que o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (gov.br) disponibiliza referências de orçamentos e que o Tribunal de Contas do Estado tem priorizado a utilização desses bancos de dados públicos como parâmetro de preços.

O Sr. Willian apresentou, ainda, uma exposição sintética sobre a segregação de massas sob a ótica do orçamento de 2026, esclarecendo que, diante do cenário atual, do novo plano de cargos, carreiras e vencimentos, a segregação mostra-se necessária para redução do déficit atuarial. Destacou que o RPPS passará a contar com nova fonte de receita, referente ao repasse do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

Na sequência, foi apresentada a nova estrutura contábil, composta por dois planos de contas distintos, com segregação patrimonial, contábil, bancária e de investimentos:

a) Fundo em Repartição (Passivo Legado).

Operando no regime financeiro de repartição simples, abrange os servidores ativos admitidos até 31/12/2012 e os inativos com benefícios concedidos até 31/12/2015. Trata-se de fundo deficitário por natureza, cuja insuficiência financeira, quando existir, será coberta mensalmente pelo Tesouro Municipal, sob a rubrica de Insuficiência Financeira, sendo criado o Fundo de Oscilação de Risco (FOR), equivalente a três folhas de pagamento dos inativos, com o objetivo de mitigar riscos de fluxo de caixa.

b) Fundo em Capitalização (Fundo Estruturalmente Saudável).

Operando no regime financeiro de capitalização, abrange os servidores admitidos a partir de 01/01/2013 e os benefícios concedidos a partir de 01/01/2016. Este fundo absorverá integralmente os ativos financeiros atuais, estimados em aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, apresentando índice de cobertura atuarial projetado de 128%, caracterizando superávit técnico.

Quanto ao custeio, foi informado que a contribuição dos servidores permanece em 14% para ambas as massas, enquanto a contribuição patronal será mantida em 14% para a massa em repartição e elevada para 16% para a massa em capitalização, como medida de fortalecimento da reserva matemática. O IRRF retido sobre os benefícios será integralmente destinado ao Fundo em Capitalização. Os parcelamentos

previdenciários foram rateados proporcionalmente à folha, sendo 69,51% destinados ao Fundo em Repartição e 30,49% ao Fundo em Capitalização.

No tocante ao déficit atuarial, foi esclarecido que, anteriormente, o montante estimado em R\$ 3,1 bilhões exigiria aportes anuais crescentes, tornando-se inviável ao orçamento municipal. Com a segregação, o déficit fica concentrado na massa em repartição, sendo coberto por insuficiência financeira mensal, diluída ao longo do tempo, com previsão de extinção dessa massa por volta de 2076.

Por fim, foram destacadas como pontos de atenção ao Conselho Fiscal: a necessidade de contabilidade segregada por centro de custos, o controle rigoroso do fluxo de caixa, com apuração da insuficiência financeira até o dia 20 e repasse até o dia 25 de cada mês, bem como a vedação absoluta de transferências de recursos do Fundo em Capitalização para o Fundo em Repartição, sob pena de responsabilização legal.

Na sequência, o Sr. Willian prestou esclarecimentos em relação ao Fundo de Oscilação de Risco, destacando que a liquidez ficará restrita, sendo eventual ausência de ganho financeiro compensada pela PMP. Informou, ainda, que novas contas foram abertas, com oscilação de risco equivalente a até três folhas de pagamento, além da abertura de conta específica do financeiro. Parte dos recursos deverá ser depositada até 01/01/2026, e a segunda parcela até 01/07/2026, ressaltando-se que, caso os depósitos não sejam realizados, poderá haver penhora do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A conselheira Eliete solicitou destacar em ata que, com a segregação de massas, haverá uma redução estimada de R\$ 79.830.000,00 nas receitas da Pauliprev, considerando que os aportes anteriores totalizavam aproximadamente R\$ 128 milhões, enquanto os novos repasses somariam cerca de R\$ 43 milhões.

Os conselheiros em conjunto destacaram os seguintes pontos após a apresentação:

No comparativo das receitas orçamentárias da Pauliprev para o exercício de 2026, considerando os cenários com segregação de massas e sem segregação de massas, conforme dados constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA 2026.

No cenário sem segregação, a estrutura de financiamento mantém-se concentrada em aportes diretos para cobertura do déficit previdenciário, totalizando **R\$ 420.930.000,00** em receitas projetadas, sendo R\$ 128.000.000,00 provenientes de aportes para cobertura do déficit previdenciário (Prefeitura e Câmara).




Já no cenário com segregação de massas, observa-se alteração relevante na composição das receitas, com a substituição dos aportes diretos por mecanismos de custeio estruturais, notadamente o repasse do IRRF dos inativos e a redistribuição das contribuições e parcelamentos entre os planos previdenciário e financeiro. Nesse cenário, o total geral das receitas projetadas é de **R\$ 341.100.000,00**, representando uma redução nominal de R\$ 79.830.000,00 em relação ao cenário sem segregação.

Destaca-se que:

- As contribuições dos servidores ativos, inativos e pensionistas, quando analisadas de forma consolidada, não apresentam perda global de arrecadação, ocorrendo apenas reclassificação contábil entre Plano Previdenciário e Plano Financeiro.
- A contribuição patronal dos servidores ativos apresenta leve variação positiva no cenário com segregação, em razão do aumento da alíquota patronal da massa em capitalização, resultando em acréscimos pontuais por ente.
- Os parcelamentos previdenciários vigentes (Acordos 406/2020 e 408/2020) permanecem com valor global inalterado, sendo apenas redistribuídos proporcionalmente entre as massas previdenciária e financeira.
- A remuneração dos recursos do RPPS (títulos públicos) mantém-se estável em ambos os cenários, no montante de R\$ 80.000.000,00, não sofrendo impacto da segregação.
- As compensações financeiras entre RGPS e RPPS igualmente mantêm o mesmo volume total, com redistribuição interna entre os planos.

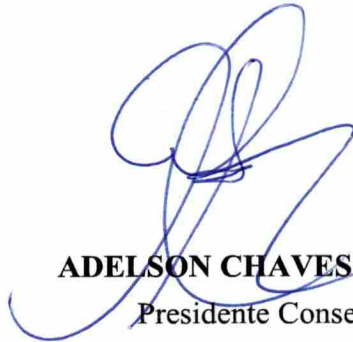
A principal diferença estrutural entre os cenários reside na forma de cobertura do déficit previdenciário. No modelo sem segregação, está se dá por meio de aportes diretos no montante de R\$ 128.000.000,00. No modelo com segregação, tais aportes são substituídos, em grande parte, pelo repasse do IRRF dos inativos, estimado em R\$ 43.000.000,00, além da assunção da insuficiência financeira mensal da massa em repartição, conforme evolução da folha de benefícios.

Dessa forma, conclui-se que a segregação de massas não elimina a obrigação financeira do ente patrocinador, mas altera substancialmente sua forma, reduzindo o impacto imediato no orçamento anual, segregando contabilmente o déficit atuarial, que passa a ser administrado de forma diluída ao longo do tempo.



15

Paulínia, 16 de dezembro de 2025.



ADELSON CHAVES DOS SANTOS

Presidente Conselho Fiscal

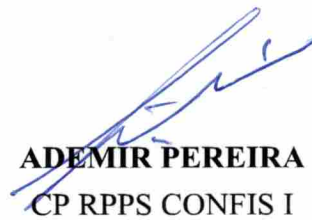
CP RPPS CONFIS II

CPA-20



REGINALDO APARECIDO NAVES

CP RPPS CONFIS I



ADEMIR PEREIRA

CP RPPS CONFIS I



NARA MARTINS MORETTI

CP RPPS CONFIS I



ELIETE MARIA DA SILVA

CP RPPS CONFIS I

Categoria Econômica	Especificação	Valor com Segregação	Valor sem Segregação	Diferença
7.2.1.5.02.1.1.001	Contribuição Patronal de Servidor Ativo - Prefeitura - Plano Previdenciário	34.000.000,00	78.000.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.011	Contribuição Patronal de Servidor Ativo - Prefeitura - Plano Financeiro	49.000.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição Patronal do Servidor Civil Ativo - Prefeitura	83.000.000,00	78.000.000,00	5.000.000,00
7.2.1.5.02.1.1.002	Contribuição Patronal de Servidor Ativo - Câmara - Plano Previdenciário	450.000,00	1.800.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.012	Contribuição Patronal de Servidor Ativo - Câmara - Plano Financeiro	1.400.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição Patronal do Servidor Civil Ativo - Câmara	1.850.000,00	1.800.000,00	50.000,00
7.2.1.5.02.1.1.003	Contribuição Patronal de Servidor Ativo - Pauliprev - Plano Previdenciário	620.000,00	550.000,00	
7.2.1.5.02.1.1.013	Contribuição Patronal de Servidor Ativo - Pauliprev - Plano Financeiro	50.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição Patronal do Servidor Civil Ativo - Pauliprev	670.000,00	550.000,00	120.000,00
7.2.1.5.02.1.1.014	Contribuição Patronal de Servidor ativo - Cedido - Plano Financeiro	40.000,00	40.000,00	
	Total Grupo Contribuição Patronal do Servidor Civil Ativo - Servidores Cedidos	40.000,00	40.000,00	0,00
7.2.1.5.51.1.1.001	Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Acordo 406/2020 - Principal - Plano Previdenciário	509.000,00	1.670.000,00	
7.2.1.5.51.1.1.002	Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Acordo 406/2020 - Atualização - Plano Previdenciário	330.000,00	1.223.000,00	
7.2.1.5.51.1.1.011	Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Acordo 406/2020 - Principal - Plano Financeiro	1.161.000,00	0,00	
7.2.1.5.51.1.1.012	Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Acordo 406/2020 - Atualização - Plano Financeiro	893.000,00	0,00	
	Total Grupo Parcelamento Acordo 406/2020	2.893.000,00	2.893.000,00	0,00
7.2.1.5.51.1.1.003	Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Acordo 408/2020 - Principal - Plano Previdenciário	810.000,00	2.657.000,00	
7.2.1.5.51.1.1.004	Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Acordo 408/2020 - Atualização - Plano Previdenciário	610.000,00	2.000.000,00	
7.2.1.5.51.1.1.013	Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Acordo 408/2020 - Principal - Plano Financeiro	1.847.000,00	0,00	
7.2.1.5.51.1.1.014	Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Acordo 408/2020 - Atualização - Plano Financeiro	1.390.000,00	0,00	
	Total Grupo Parcelamento Acordo 408/2020	4.657.000,00	4.657.000,00	0,00
7.6.1.1.50.9.1.001	Convênio Prefeitura Paulínia 001/2020	800.000,00	800.000,00	
	Total Grupo Convênio Prefeitura Paulínia 001/2020	800.000,00	800.000,00	0,00
7.9.2.2.99.0.1.001	Restituição de Benefícios de Aposentadorias - Principal - Plano Previdenciário	305.000,00	1.000.000,00	
7.9.2.2.99.0.1.002	Restituição de Benefícios de Aposentadorias - Atualização - Plano Previdenciário	150.000,00	490.000,00	
7.9.2.2.99.0.1.011	Restituição de Benefícios de Aposentadorias - Principal - Plano Financeiro	695.000,00	0,00	
7.9.2.2.99.0.1.012	Restituição de Benefícios de Aposentadorias - Atualização - Plano Financeiro	340.000,00	0,00	
	Total Grupo Restituição de Benefícios (Acordo 828/2021)	1.490.000,00	1.490.000,00	0,00
7.9.9.01.0.1.001	Repasso de IRRF de Inativos para Manutenção do Equilíbrio Atuarial do RPPS	43.000.000,00	0,00	
7.9.9.01.0.1.002	Aporte para Cobertura Déficit Previdenciário - Prefeitura	0,00	125.000.000,00	
7.9.9.01.0.1.003	Aporte para Cobertura Déficit Previdenciário - Câmara	0,00	3.000.000,00	
	Total Grupo Cobertura do Déficit Previdenciário	43.000.000,00	128.000.000,00	-85.000.000,00
	Total Geral de Receitas	341.100.000,00	420.930.000,00	-79.830.000,00

Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia - PAULIPREV
Análise das Receitas Orçamentárias - LOA 2026

Categoria Econômica	Especificação	Valor com Segregação	Valor sem Segregação	Diferença
1.2.1.5.01.1.1.001	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Prefeitura - Plano Previdenciário	29.000.000,00	78.000.000,00	
1.2.1.5.01.1.1.011	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Prefeitura - Plano Financeiro	49.000.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição do Servidor Civil Ativo - Prefeitura	78.000.000,00	78.000.000,00	0,00
1.2.1.5.01.1.1.002	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Câmara - Plano Previdenciário	400.000,00	1.800.000,00	
1.2.1.5.01.1.1.012	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Câmara - Plano Financeiro	1.400.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição do Servidor Civil Ativo - Câmara	1.800.000,00	1.800.000,00	0,00
1.2.1.5.01.1.1.003	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Pauliprev - Plano Previdenciário	500.000,00	550.000,00	
1.2.1.5.01.1.1.013	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Pauliprev - Plano Financeiro	50.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição do Servidor Civil Ativo - Pauliprev	550.000,00	550.000,00	0,00
1.2.1.5.01.1.1.014	Contribuição do Servidor Civil Ativo - Servidores Cedidos - Plano Financeiro	40.000,00	40.000,00	
	Total Grupo Contribuição do Servidor Civil Ativo - Servidores Cedidos	40.000,00	40.000,00	0,00
1.2.1.5.01.2.1.001	Contribuição do Servidor Civil Inativos - Prefeitura - Plano Previdenciário	9.000.000,00	9.300.000,00	
1.2.1.5.01.2.1.011	Contribuição do Servidor Civil Inativos - Prefeitura - Plano Financeiro	300.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição do Servidor Civil Inativo - Prefeitura	9.300.000,00	9.300.000,00	0,00
1.2.1.5.01.2.1.002	Contribuição do Servidor Civil Inativos - Câmara - Plano Previdenciário	180.000,00	240.000,00	
1.2.1.5.01.2.1.012	Contribuição do Servidor Civil Inativos - Câmara - Plano Financeiro	60.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição do Servidor Civil Inativo - Câmara	240.000,00	240.000,00	0,00
1.2.1.5.01.3.1.001	Contribuição do Servidor Civil Pensionistas - Prefeitura - Plano Previdenciário	160.000,00	260.000,00	
1.2.1.5.01.3.1.011	Contribuição do Servidor Civil Pensionistas - Prefeitura - Plano Financeiro	100.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição do Servidor Civil Pensionista - Prefeitura	260.000,00	260.000,00	0,00
1.2.1.5.01.3.1.002	Contribuição do Servidor Civil Pensionistas - Câmara - Plano Previdenciário	6.000,00	10.000,00	
1.2.1.5.01.3.1.012	Contribuição do Servidor Civil Pensionistas - Câmara - Plano Financeiro	4.000,00	0,00	
	Total Grupo Contribuição do Servidor Civil Pensionista - Câmara	10.000,00	10.000,00	0,00
1.3.2.1.04.0.1.001	Remuneração dos Recursos do RPPS - Títulos Públicos	80.000.000,00	80.000.000,00	
	Total Grupo Remuneração dos Recursos do RPPS - Títulos Públicos	80.000.000,00	80.000.000,00	0,00
1.9.9.03.0.1.001	Compensações Financeiras entre o RGPS e os RPPS - Principal - Plano Previdenciário	24.500.000,00	32.500.000,00	
1.9.9.03.0.1.011	Compensações Financeiras entre o RGPS e os RPPS - Principal - Plano Financeiro	8.000.000,00	0,00	
	Total Grupo Compensações Financeiras entre o RGPS e os RPPS	32.500.000,00	32.500.000,00	0,00



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL
16 de dezembro de 2025, às 8h00

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	ADELSON CHAVES DOS SANTOS	
3	ELIETE MARIA DA SILVA	
4	NARA MARTINS MORETTI	
5	REGINALDO APARECIDO NAVES	